	Montante transferido (euros)	Entidade decisora	Data da decisão
Luís António Mendes Ferreira da Silva Fernandes	57 630,62 (a) 9 527,56	Ministro das Cidades, Administração Local, Ambiente e Desenvolvimento Regional.	21 de Janeiro de 2005.
Manuel António de Andrade	63 802,86	Ministro das Cidades, Administração Local, Ambiente e Desenvolvimento Regional.	21 de Janeiro de 2005.
Manuel Luís Caupers de Bragança	247 505,57 (a) 41 034,96	Ministro das Cidades, Administração Local, Ambiente e Desenvolvimento Regional.	21 de Janeiro de 2005.
Maria Celeste Ferreira da Silva	141 225,95 (a) 21 612,35	Ministro das Cidades, Administração Local, Ambiente e Desenvolvimento Regional.	21 de Janeiro de 2005.
Maria do Rosário Infante da Câmara	63 561,19	Ministro das Cidades, Administração Local, Ambiente e Desenvolvimento Regional.	21 de Janeiro de 2005.
Maria Paula Gonçalves dos Santos Gomes de Seguin de Reynies	74 772,41 (a) 15 620,29	Ministro das Cidades, Administração Local, Ambiente e Desenvolvimento Regional.	21 de Janeiro de 2005.
Rádio Renascença, L. ^{da}	164 544,86 (a) 25 284,74	Ministro das Cidades, Administração Local, Ambiente e Desenvolvimento Regional.	21 de Janeiro de 2005.
Refinaria Brasileira, S. A.	72 003,04	Conselho directivo	14 de Abril de 2005.
Rodrigo Aboim Ascensão de Sande Lemos	2 964,17	Conselho directivo	14 de Abril de 2005.
ROSADRO — Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, L. ^{da}	20 507,28 (a) 8 202,91	Secretaria de Estado da Administração Local/conselho directivo.	9 de Dezembro de 2004. 14 de Abril de 2005.
SAURIMO — Sociedade Imobiliária, S. A.	83 589,28 (a) 14 862,51	Ministro das Cidades, Administração Local, Ambiente e Desenvolvimento Regional.	21 de Janeiro de 2005.

(a) Reembolsável.

27 de Janeiro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Rui Leitão*.

Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

Despacho n.º 4908/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do despacho conjunto n.º 57/2006, da Presidência do Conselho de Ministros e dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, de 22 de Dezembro de 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 16, de 23 de Janeiro de 2006, no uso da faculdade que me é conferida pelo despacho n.º 1/CD/2006, de 10 de Janeiro, publicado sob o n.º 1857/2006 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 24 de Janeiro de 2006, bem como nos termos do disposto nos artigos 36.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego, ao abrigo dos preceitos legais em cada caso adiante enunciados, as seguintes competências:

1 — Ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 88/87, de 26 de Fevereiro, e da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º e do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho:

1.1 — Nos directores regionais do Norte, engenheiro António José Matos Silva Teles, e, nas suas faltas e impedimentos, na engenheira Rosina Maria Guimarães de Sousa Guedes ou na Dr.ª Maria Odete Rodrigues da Silva Teixeira, nos directores regionais do Centro, engenheiro Jorge Manuel Fernandes Lopes Dias, e, nas suas faltas e impedimentos, no engenheiro António Jorge Maia Saldanha, nos directores regionais de Lisboa, engenheiro José Júlio de Campos Santos Coração, e, nas suas faltas e impedimentos, na engenheira Elsa Leão Frias

de Barros Camarinhas ou na Dr.ª Maria Fernanda Marques de Jesus, nos directores regionais do Sul, Dr.ª Maria Amélia Sertório Rita Vieira e de Santo André, Dr. Luís Manuel de Sousa Coelho de Oliveira, para autorizar despesas até ao montante de € 5000, no âmbito estrito das competências que lhes forem subdelegadas pelos membros do conselho directivo;

1.2 — Na directora dos Serviços de Gestão e Administração, Dr.ª Maria de Lourdes Ramos Ferreira Neves, e, nas suas faltas e impedimentos, na Dr.ª Maria de Fátima Brito da Silveira Nobre Contreiras, no director do Gabinete Jurídico, Dr. Arnaldo José da Costa Botelho da Silva, no director do Gabinete de Informática e Planeamento, Dr. João Frederico Rydín, e no coordenador do SGSAT — Sector de Gestão de Solos e Apoio Técnico, arquitecto Joaquim José Elias Gonçalves, para autorizarem despesas, nos termos da lei, até ao montante de € 750, no âmbito estrito das competências que lhes forem subdelegadas pelos membros do conselho directivo;

1.3 — No coordenador do SGSAT, arquitecto Joaquim José Elias Gonçalves, competência para:

1.3.1 — Autorizar despesas até ao montante de € 5000, desde que referentes a:

- Encomenda de estudos, de cópias heliográficas e de material fotográfico;
- Encomenda de projectos ou maquetas, cópias heliográficas, material de desenho ou fotográfico e obtenção dos registos de parcelas de terreno ou de loteamentos de terrenos do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE);

1.3.2 — Aprovar cálculos de revisão de preços que decorram da aplicação do contrato ou da lei;

1.3.3 — Nomear comissões inerentes aos procedimentos a desenvolver para a encomenda ou obtenção de projectos.

2 — Ao abrigo do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 88/87, de 26 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 9.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, delegeo nos directores de serviços ou equiparados ou, nas suas faltas e impedimentos, nos chefes de divisão ou equiparados, bem como no coordenador do SGSAT, arquitecto Joaquim José Elias Gonçalves, a assinatura de correspondência ou do expediente necessário à execução das decisões ou deliberações proferidas pelo conselho directivo ou pelos seus membros nos processos que corram pelas respectivas direcções.

3 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 88/87, de 26 de Fevereiro, delegeo nos directores regionais do Norte, engenheiro António José Matos Silva Teles ou engenheira Rosina Maria Guimarães de Sousa Guedes ou Dr.ª Maria Odete Rodrigues da Silva Teixeira, nos directores regionais do Centro, engenheiro Jorge Manuel Fernandes Lopes Dias ou engenheiro António Jorge Maia Saldanha, nos directores regionais de Lisboa, engenheiro José Júlio de Campos Santos Coração ou engenheira Elsa Leão Frias de Barros Camarinhas ou Dr.ª Maria Fernanda Marques de Jesus, e nos directores regionais do Sul, Dr.ª Maria Amélia Sertório Rita Vieira e de Santo André, Dr. Luís Manuel de Sousa Coelho de Oliveira, competência para:

3.1 — Representar o IGAPHE em actos relacionados com o registo predial dos imóveis deste Instituto, incluindo registos provisórios a favor de terceiros, cancelamento de hipotecas, declarações complementares e averbamentos;

3.2 — Representar o IGAPHE em actos de constituição de prédios urbanos no regime de propriedade horizontal;

3.3 — Assinar, em representação do IGAPHE, as certidões de dívida para efeitos de cobrança coerciva, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 88/87, de 26 de Fevereiro.

4 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 88/87, de 26 de Fevereiro, delegeo nos funcionários referidos no n.º 2 a competência para, na sequência de despacho do vogal do conselho directivo ou das deliberações deste que autorizem a respectiva celebração, representar o IGAPHE nos contratos de arrendamento dos fogos habitacionais e não habitacionais dos agrupamentos habitacionais situados nas respectivas áreas geográficas.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir de 10 de Fevereiro de 2006.

10 de Fevereiro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, José Teixeira Monteiro.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Inspecção-Geral de Jogos

Despacho n.º 4909/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 184/88, de 25 de Maio, e do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delegeo no subinspector-geral, licenciado Amável Jesus Coelho da Cunha, competência para a prática dos actos relativos a:

1 — Gestão geral:

- a) Coordenar as tarefas relativas à preparação e elaboração do plano e do relatório de actividades anual da Inspecção-Geral de Jogos;
- b) Despachar os assuntos referentes à área funcional de combate ao jogo ilícito, acolhendo e planificando a execução de pedidos de cooperação provenientes de autoridades policiais, GNR, tribunais, governos civis e câmaras municipais;

2 — Gestão de recursos humanos:

- a) Elaborar e acompanhar a execução do plano de formação anual dos recursos humanos da Inspecção-Geral de Jogos;
- b) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença, bem como o exercício de funções em situação que dê lugar à reversão do vencimento de exercício e o respectivo processamento;
- c) Praticar todos os actos relativos à aposentação dos funcionários e agentes, salvo no caso de aposentação compulsiva, e, em geral, todos os actos respeitantes ao regime de segurança social da função pública, incluindo os referentes a acidentes em serviço;
- d) Justificar ou injustificar faltas e conceder licenças por períodos não superiores a 30 dias;

e) Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;

f) Autorizar, nos termos da lei, os benefícios do Estatuto do Trabalhador-Estudante;

g) Praticar todos os actos subsequentes à abertura de concursos, tais como nomear, promover e exonerar o pessoal do quadro, determinar a conversão da nomeação provisória em definitiva e autorizar que seja mantida a nomeação definitiva enquanto o funcionário não a adquirir noutra cargo que exerça em regime precário;

h) Celebrar, prorrogar, renovar e rescindir contratos de pessoal praticando os actos resultantes da caducidade ou revogação dos mesmos;

i) Empossar o pessoal e autorizar os funcionários e agentes a tomarem posse em local diferente daquele em que foram colocados, prorrogar o respectivo prazo, solicitar que aquela seja conferida pela autoridade administrativa ou por agente diplomático ou consular e conceder aos funcionários e agentes dos serviços externos o direito ao vencimento a partir da data da posse, independentemente da entrada em exercício das novas funções;

j) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário ao pessoal administrativo e auxiliar;

k) Despachar os assuntos relativos à Secção de Pessoal e Expediente;

l) Autorizar o abono de vencimento resultante da subida de escalão, conforme o previsto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;

3 — Gestão orçamental e realização de despesas:

a) Gerir o orçamento e propor as alterações orçamentais julgadas adequadas tendo em vista os objectivos a atingir;

b) Autorizar, dentro dos limites estabelecidos pelo respectivo orçamento anual, transferências de verbas subordinadas à mesma classificação orgânica e a antecipação até dois duodécimos por rubrica, com limites anualmente fixados pelo Ministério das Finanças, não podendo em caso algum essas autorizações servir de fundamento a pedido de reforço do respectivo orçamento;

c) Praticar todos os actos que, não envolvendo juízos de oportunidade e conveniência, não possam deixar de ser praticados uma vez verificados os pressupostos de facto que condicionam a respectiva legalidade;

d) Autorizar, até à importância de € 24 940, as despesas referidas na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

e) Movimentar a conta do fundo permanente;

f) Autorizar o processamento de despesas cujas facturas, por motivo justificado, dêem entrada nos serviços além do prazo regulamentar;

g) Autorizar a actualização de contratos sempre que a mesma resulte de imposição legal ou contratual;

h) Praticar todos os actos subsequentes à autorização de despesas, quando esta seja da competência de membro do Governo ou do inspector-geral;

i) Despachar os assuntos relativos à Secção de Contabilidade, Económico e Património;

4 — Gestão de instalações e equipamentos:

a) Superintender na utilização racional das instalações afectas ao respectivo serviço, bem como na sua manutenção e conservação;

b) Velar pela existência de condições de higiene e segurança no trabalho.

5 — O subinspector-geral, licenciado Amável Jesus Coelho Cunha, passa a representar a Inspecção-Geral de Jogos nas comissões encarregadas do estudo e elaboração dos planos de obras das zonas de jogo do Estoril e do Algarve, a que aludem os artigos 151.º a 158.º do Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de Dezembro, e a Portaria n.º 451/90, de 2 de Junho.

6 — No subinspector-geral, licenciado João Manuel Pires Sanches, é ainda subdelegada competência para a prática dos actos relativos à implementação de novas tecnologias e informatização da Inspecção-Geral de Jogos, das salas de jogos dos casinos e das salas de jogo do bingo, nomeadamente quanto a:

a) Concepção e gestão dos projectos;

b) Definição e manutenção do parque informático;

c) Implementação e manutenção dos equipamentos activo e passivo da rede de dados da Inspecção-Geral de Jogos e da operação de jogo em casinos e salas de bingo;